

4ª Reunião Ordinária do COMAM de 2017

Aos vinte e sete do mês de julho do ano de dois mil e dezessete no auditório de Atos do Paço Municipal de Fortaleza, com início às nove horas e trinta minutos, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Fortaleza – COMAM do ano de 2017, que teve como pautas: 1) Apresentação das metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, aprovado no Decreto nº 13.713, de 18 de dezembro de 2015. A secretária executiva do COMAM, Natália Nogueira, fez a abertura da reunião, dando boas vindas a todos, e logo após passou a palavra para Michelyne Fernandes Coordenadora de Concessões da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, que iniciou sua apresentação falando que a Coordenadoria de Concessões tem trabalhado com o PMSB, que tem colaborado com o município, através de um convênio de cooperação, na construção do PMSB de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, além de estar na coordenação de acompanhar as metas estabelecidas no Plano, sempre aliado aos contratos de concessão ou contratos de programa. André Arrais, gerente da Célula de Planejamento e Gestão de Recursos Naturais (CEPLA) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEUMA), pediu a palavra para explicar que o PMSB é uma exigência da Lei de Saneamento, nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, e foi elaborado juntamente com a CAGECE dentro dos eixos água e esgoto, sendo os eixos de resíduos e drenagem de responsabilidade de elaboração da Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF. Na Lei de Saneamento estabelece a obrigatoriedade de todos os municípios possuírem o PMSB, além de estabelecer o controle social do Plano, que será exercido pelo COMAM, visto que o saneamento tem uma ligação direta com a saúde pública. Em seguida Michelyne Fernandes (CAGECE) iniciou a apresentação do Plano falando que, em 1975, a Prefeitura de Fortaleza firmou o primeiro contrato de concessão da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com a CAGECE, através de decreto e termo de ajuste. Em 2003, a Companhia assinou o Contrato de Concessão Oneroso, renovado por mais 30 anos. O mesmo possui metas de universalização dos serviços, além de oneroso, ou seja, 1,5% do arrecado é passado para a prefeitura. Em 2014 foi concluído o PMSB específico para abastecimento de água e esgotamento sanitário, e em 2015 foi aprovado através de decreto. Continuou falando que de acordo com o a Lei nº 11.445 de 2007, o PMSB só será válido se o mesmo for passivo de atualização. Sendo assim, o ideal é que seja feito uma atualização para um contrato de programa, o qual irá absorver as metas do PMSB. Em seguida, mostrou as metas do PMSB e o que a CAGECE fez de 2014 até 2017 com relação à rede de esgotamento sanitário e em seguida da rede de abastecimento de água. Durante sua apresentação, Michelyne falou que o Ministério das Cidades abriu um edital para saneamento e mobilidade urbana, o qual disponibilizará 2 bilhões de reais para Saneamento Básico. Informou que a CAGECE está inscrevendo as sub-bacias SE 07, 08, e 09. Continuou falando que no edital, os critérios para poder concorrer ao recurso é necessário possuir um PMSB aprovado em lei e possuir o projeto. O PMSB de Fortaleza está aprovado em decreto, diante disto a CAGECE está verificando se ainda é necessário que o Plano ainda precise ser regularizado por uma lei. Com relação ao Sistema de Esgotamento Sanitário, Michelyne mostrou que o índice de cobertura domiciliar é de 58,11%, com 370.677 ligações ativas, 62.690 ligações factíveis, com extensão de rede 2.583.436 metros e índice de utilização de 86,59%. Apresentou o programa de aplicação e melhorias do sistema de esgotamento sanitário, o qual abrange os projetos de: reposição de ativos com a substituição das redes com vida útil ultrapassada; monitoramento do corpo receptor com a finalidade de atender à legislação vigente; monitoramento do efluente bruto e tratado com a finalidade de atender à legislação vigente; vigilância sanitária coma verificação dos locais onde há ligações clandestinas em rede de drenagem e propor melhorias nesses pontos; educação ambiental de conscientização da sociedade através de palestras e folhetos informativos sobre os transtornos realizados pelas ligações



43 clandestinas na rede de drenagem; programa de reciclagem de óleo de cozinha que possui como ações
44 arrecadar a maior quantidade de óleo usado e dar uma destinação ecologicamente correta, incentivar a
45 instalação de caixas de gordura e promover sensibilização ambiental quanto ao despejo de óleos na rede de
46 esgoto. Outros projetos são: a Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento, e Sistema
47 Municipal de Informações de Saneamento Básico, com a implantação e alimentação de banco de dados,
48 avaliação de indicadores em relação às metas propostas, planejamento e execução das ações corretivas. Com
49 relação ao Plano de Investimento do Sistema de Abastecimento de Água, mostrou que o índice de cobertura de
50 abastecimento na cidade de Fortaleza é de 98,65%, com 653.744 ligações ativas, 43.143 ligações factíveis, com
51 extensão de rede de 4.091.423 km, índice de utilização da Rede de água de 78,52% e índice de perdas na
52 distribuição de 45,5%. Em seguida, apresentou o Programa de Melhorias no Sistema e Universalização do
53 Abastecimento que possui os seguintes projetos: Ampliação do sistema de produção da ETA-Oeste com a
54 implantação da 2ª etapa da ETA Oeste; Ampliação do sistema de distribuição da ETA-Oeste com a implantação
55 do RAP Taquarão e das linhas de transferência; Ampliação e melhorias dos setores de distribuição;
56 Implantação de novas redes; Substituição de redes; Criação de distritos de Medição e Controle com a
57 implantação das linhas de transferência internas; Substituição de hidrômetros com a reposição de
58 hidrômetros com mais de 8 anos de uso; Instalação de 5871 novos hidrômetros; programa de educação
59 ambiental e mobilização social para o saneamento; projeto de monitoramento da qualidade da água; projeto
60 SEIS – Sistema Estadual de Informações de Saneamento Básico. Após a apresentação, a palavra foi passada
61 para Wiliams Souza (SEMACE), que iniciou falando que na explanação se viu pouco investimento em educação
62 ambiental, visto que o Ceará está entrando num colapso hídrico, sendo assim necessário que sejam feitos
63 programas e capanhas sobre racionamento de água, para que as pessoas se conscientizem sobre a necessidade
64 de economizar água, diante dos nossos baixíssimos índices pluviométricos. Falou também da possibilidade da
65 Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH comprar água de reuso, visto que ao longo de muitos
66 municípios não existe o sistema de esgotamento sanitário, o que resulta em grande quantidade do efluente
67 acabar entrando nos corpos hídricos que disponibilizam água para a própria CAGECE tratar. Michelyne
68 respondeu que, quanto a questão a utilização racional da água, a CAGECE participa das salas de operação,
69 porém o poder de gerir a água bruta é da COGERH e da SRH, e que a tarifa de contingência é cobrada mediante
70 determinação do Governo do Estado do Ceará. Com relação à educação ambiental, falou que a Companhia e a
71 Prefeitura de Fortaleza tem buscado realizar campanhas de conscientização com relação ao consumo da água.
72 Com relação ao reuso é necessário um grande investimento, visto que a operação é mais cara para colocar a
73 água de efluente dentro dos parâmetros adequados para o reuso, para que esta água residuária seja
74 transportada. Em seguida a palavra foi passada para Bernadette Matos (SER VI), que iniciou falando que
75 Fortaleza está passando por uma epidemia de *dengue*, *zica* e *chikungunya* que está tão grave quanto a crise
76 hídrica, diante disto, é necessário que o PMSB esteja ligado diretamente as questões de saúde pública, visto
77 que muitas pessoas tem sido infectadas e o índice de mortes vem só aumentando. Em resposta, Michelyne
78 falou que a CAGECE tem ajuda de forma educativa no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*. Edilene Oliveira,
79 Coordenadora de Políticas Ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – CPA (SEUMA) completou
80 dizendo que dentro das políticas ambientais, a água está contida como um dos quatro componentes. A Política
81 Municipal de Meio Ambiente, que já está na Câmara para ser aprovada, traz os instrumentos de gestão
82 contidos na Lei nº 6938, e os mais específicos para o município, com planos de gerenciamento voltados para
83 os quatro componentes: áreas verdes, água, poluição e biodiversidade. Continuou falando que no novo Código
84 da Cidade será abrangido o reuso, incentivando os tanques de retardo, para conter água evitando



85 alagamentos, visto que se estima que Fortaleza tenha chuvas mais fortes e mais concentradas/ mal
86 distribuídas, de forma que estas ações sejam incorporadas não só na legislação, mas também no dia-a-dia da
87 população. Em seguida, Bernadette solicitou que seja agendada uma palestra da equipe de epidemiologia
88 sobre arboviroses para o COMAM. Logo após Edilene Oliveira falou sobre a situação dos Óleos e Gorduras
89 Residuais – OGR’s, informado que mesmo com o fechamento da Usina de Quixadá, os catadores ainda
90 continuam coletando os OGR’s e destinando a Recicla para produção de produtos saponáceos. Em seguida, a
91 palavra foi passada para Elaine Cristina (FIEC), que parabenizou a apresentação e falou que sempre tem
92 contado com a participação da educação ambiental da CAGECE. Com relação ao reuso, Elaine (FIEC) falou que
93 a setor industrial tem total interesse neste assunto. Continuou falando que Fortaleza possui alguns
94 reservatórios, e mesmo com os índices pluviométricos estáveis, não se tem visto um aproveitamento desta
95 água, nem mesmo propostas de projetos para a utilização destes recursos. Diante disto, perguntou se a
96 CAGECE possui algum projeto para a cidade de Fortaleza neste sentido, para que possa se reduzir a
97 quantidade de água que é trazida do interior do Ceará. Michelyne respondeu informando que houve uma
98 construção de barragem para acúmulo de água em Fortaleza, além disso a CAGECE tem investido na
99 recirculação da água de lavagem dos filtros durante o tratamento, e que dentro do plano Fortaleza 2040
100 possui o projeto de reuso de água no próprio lote das residências, em vez de toda água ir diretamente para o
101 esgoto, incentivando assim construções sustentáveis que façam esse tipo de adaptação nas edificações.
102 Complementando a resposta de Michelyne, André Arrais (CEPLA) falou que tanto no Fortaleza 2040, quanto
103 no PMSB possui itens relacionados a segurança hídrica, visto que os mananciais da nossa cidade não possuem
104 quantidade, nem qualidade para o abastecimento de Fortaleza. Além disso, falou que no Fortaleza 2040 foi
105 feito projetos para mudanças de hábitos para a própria população no quesito de segurança hídrica, e que a
106 ideia é diminuir a dependência externa de água para o município de Fortaleza. Continuou falando que dentro
107 da crise hídrica que a nossa região vem passando, a CAGECE e diversos órgão do Governo do Estado vêm
108 elaborando uma série de ações para racionamento de água, como por exemplo a recirculação de água dos
109 filtros, construção de bacias de contenção de cheias do rio Maranguapinho e Cocó, melhorando assim a
110 segurança hídrica do município. Paralelamente a isso, o a SEUMA possui assento no Comitê de Bacias
111 Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza, onde é decido e acompanhado toda a questão relacionada
112 com a água do nosso território. Além disso, falou que na renovação da Concessão de 2003, estavam
113 enquadradas ações para segurança hídrica. André Arrais (CPA/SEUMA) completou perguntando como seria a
114 distribuição de água dentro do crescimento que vem ocorrendo com a construção civil, principalmente de
115 ocupações sociais, e se a CAGECE possui uma previsão do término dos projetos de ampliação da rede de
116 esgoto e conclusões da obras nas bacias CD1, CD2, CD3? Mycheline respondeu que o responsável pela
117 infraestrutura que interliga o imóvel a rede de água é o construtor. Falou que a CAGECE tem tido dificuldade,
118 visto que nestas construções populares não se tem tido uma organização para saber dividir a conta da água
119 que é disponibilizada. Diante disto esta situação tem entrado na porcentagem de perdas de água. Sendo assim
120 a CAGECE tem procurado individualizar a medição da água nesses condomínios. Com relação a ampliação da
121 rede de esgoto e conclusões da obras nas bacias CD1, CD2, CD3, Michelyne falou que as obras estão em fase
122 final, porém não sabe sobre o cronograma de execução do projeto. Em seguida a palavra foi passada para
123 Jerônimo Paulo, Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza – FBFF, que perguntou sobre a
124 situação do projeto SANEAR no Bairro Siqueira e comunidades adjacentes e a situação dos recursos para que
125 este projeto seja realizado. Além disso, sugeriu que a CAGECE fizesse um estudo, com parceria a Secretaria
126 Municipal de Saúde - SMS, sobre os benefícios do Saneamento Básico à saúde pública. Completou falando que a



127 FBFF não concorda com o argumento da CAGECE sobre a falta de recursos para a realização das obras de
 128 saneamento. E que o fortalezense não consome tanta água, e que o maior consumo de água vem do Pecém. Em
 129 seguida a palavra foi passada para Procuradora Jacqueline Faustino, do Ministério Público, que perguntou a
 130 CAGECE, se a mesma tem feito o acompanhamento das perdas de água, e pediu que a CAGECE apresentasse
 131 dados mais refinados e detalhado sobre o que compõe os dados das perdas, e de que forma a Companhia tem
 132 investido em projetos, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para soluções,
 133 principalmente, com relação as áreas de ocupações irregulares, além de dar transparência de como está sendo
 134 feita a manutenção da rede de água. Além disso, perguntou como a SEUMA, juntamente com a CAGECE e a
 135 Secretaria de Planejamento Urbano vai trabalhar a interligação do PMSB com a questão da saúde pública, e
 136 solicitou um maior diálogo com a Secretaria Municipal de Saúde para que doenças relacionadas ao
 137 saneamento sejam minimizadas. Continuou falando que município de Fortaleza não possui uma Política
 138 Municipal de Habitação, e que o município apenas se limita a repetir o programa “Minha Casa, Minha vida”.
 139 Diante disto, é necessário que a SEUMA tenha a responsabilidade de fazer um diálogo entre a SMS,
 140 HABITAFOR, e demais secretarias que passem pelo planejamento urbano, para que se possa haver uma
 141 interligação entre a Política Municipal de Habitação com a Política Municipal de Saneamento Básico. Em
 142 resposta Michelyne falou que trará explicações sobre o projeto SANEAR no próximo encontro, visto que a
 143 mesma não possui informações sobre este assunto. Com relação à integração entre as entidades cabe ao
 144 COMAM e a SEUMA. Com relação às perdas, Michelyne falou que trará em outra reunião a especialista da
 145 CAGECE para falar mais detalhadamente sobre o tema. André Arrais, em resposta a Dr. Jacqueline falou que a
 146 Prefeitura de Fortaleza – PMF criou o Comitê Municipal de Enfrentamento às Arboviroses, que é composto por
 147 todas as secretarias da PMF e é liderado pela SMS, o qual está trabalhando todas as doenças citas na reunião.
 148 Continuou falando que a SEUMA, procurará fazer a interligação entre a saúde pública com a questão do
 149 saneamento, juntamente com a política de habitação. Logo após, a palavra foi passada para a secretária
 150 executiva, que falou que procurará atender as demandas solicitadas e por fim deu por encerrada a reunião.
 151 Estiveram presentes representantes de 15 instituições, sendo estas:

	Instituição	Representante
1	CPA/SEUMA	Maria Edilene S. Oliveira
2	AMC	Lucas Lordão Pimentel
3	ETUFOR	Nayana Pires Moreira
4	HABITAFOR	Carlos Eduardo Silva Aquino
5	URBFOR	Rosemari Barreto Paiva
6	SECULTFOR	Paola Braga de Medeiros
7	SEPOG	João Carlos Wanderley de Lima
8	SER I	Adriano Sérgio N. Felizardo.
9	SER VI	Bernadette Matos Alcântara
10	SEINF	Maria de Luordes F. Porto C. da Cunha
11	SER IV	Jacqueline Ferreira França
12	SER II	Guto Azevedo
13	FBFF	Jerônimo Paulo da Silva
14	FIEC	Elaine Cristina de Moraes Pereira



15	FIEC	Antônio Renato L. Aragão
16	MP	Maria Jacqueline Faustino de Souza
17	SINDUSCON	Luana Marques
18	SEMACE	Wiliams Souza

152 A reunião contou ainda com alguns participantes:

	Instituição	Representante
1	SABIAGUABA	Mariana Fontenele Cidrão Sales
2	SABIAGUABA	Nara Sales
3	SABIAGUABA	Jalsey Nazareno
4	CAGECE	Michelyne Fernandes
5	SINDUSCON	Sarah Carneiro
6	SEUMA	Marcos André Arrais de Almeida
7	SEUMA	Natália Nogueira Rocha
8	CECE/SEUMA	Juliana A. Ribeiro

153 Das instituições representantes do COMAM que não compareceram, apenas UFC e IBAMA apresentaram
154 justificativa.

155
156
157
158
159
160

Fortaleza, 03 de setembro de 2017.



Natália Nogueira Rocha
Secretária Executiva do COMAM

161
162
163
164
165

